

36 ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 27 - PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

Nós e os franceses. Gilberto Freyre à prova de Adèle Toussaint-Samson

Andréa Borges Leão – Univesidade Federal do Ceará

1. Introdução

O exótico e a aventura, desejos de Brasil

Il ya a, pour ceux qui aiment se familiariser avec les littératures étrangères et qui, sans vouloir aborder lectures trop grave, se lassent de l'éternel roman, une mine précieuse à exploiter dans la bilbiothèque des voyages que les femmes ont grandement enrichie.

Les grandes voyageuses, Madame Marie Dronsart

O jornal parisiense *Musée des familles*, de 1857-1858¹, anunciava a seus leitores uma das grandes novidades do século: a Europa e a América estavam irremediavelmente ligadas pelo gênio científico da eletricidade. Os dois Mundos se comunicavam por meio de cabos submarinos transatlânticos que funcionavam em uma extensão de até quatro mil quilômetros. Os cabos submarinos do telégrafo, os editores argumentavam, eram capazes de transmitir uma mensagem tão velozmente de uma parte a outra do mundo que necessitavam apenas em média de trinta e cinco minutos.

A despeito da velocidade com que as informações circulavam entre os dois continentes, orientando o futuro das relações internacionais, as conexões entre os indivíduos que se seguiam às viagens de descobertas, aventuras e conhecimentos havia muito ligavam a Europa à América. As narrativas com as observações sobre a vida e os costumes de índios e negros americanos, construídos como “homens selvagens”, despertavam curiosidades por temas que causavam forte impacto social. Os danos da colonização, episódios da história das ex-colônias espanholas e portuguesas, o debate religioso no seio do cristianismo quase sempre envolvendo as crenças e a vigência das práticas do canibalismo, a escravidão do índio e do negro, a inevitável mestiçagem e os processos de independência nacional eram atualidades que não se encerravam nos debates das associações científicas e, por isso, conferiam ampla publicidade aos relatos das expedições. O sucesso dos livros das viagens ao Brasil dos franceses Jean de Léry e André Thévet, religiosos que acompanharam Villegagnon no empreendimento da França Antártica, no século XVI, e das viagens modernas, entre as mais conhecidas as do botânico Auguste

¹ Musée des familles. Lectures du soir. 1857-1858, p. 378.

de Saint-Hilaire e de Ferdinand Denis, foi emblemático de uma onda editorial “americanista”. Esses livros ultrapassavam a intenção de narrar o encontro com as alteridades e difundir conhecimentos naturais. Eles também eram lidos como guias práticos de orientação, verdadeiras lições de vida e sobrevivência nos trópicos. O público francês demonstrava preferência por uma literatura de descrições, não importando se fossem relatos de experiências religiosas, de conhecimentos científicos ou simples diários de viagens contando o prazer da descoberta de modos de vidas distantes e paisagens exóticas.

Para um francês curioso dos trópicos até mesmo a simples leitura das narrativas de viagem na imprensa a elas consagrada, como o *Musée des familles*, *Le tour du monde*, *Le magasin potttoresque*, desatava a imaginação, fazendo com que partisse em viagens, ainda que sem o descolamento necessário aos que passavam pela experiência. A descoberta de personagens em movimento, homens e mulheres itinerantes seguindo ao encontro de terras de mulheres e homens exóticos, podia levar o leitor a por a modernidade e sua dinâmica cultural à prova das alteridades, mesmo as aventuras se desenrolando em espaços conhecidos ou já conquistados pela civilização europeia.

Uma febre de viagens assolava a Europa oitocentista. A doença, nomeada pelos médicos franceses de apodémalgie, levou o Dr. Descuret , em 1841, no livro *Médecines des passions*, a afirmar que a mania decorria da leitura do Robinson Crusoé, o romance do inglês Daniel De Föe, lembra o historiador Sylvain Venayre (2006:28). Esse romance foi tão amplamente lido e traduzido, circulando por diversos países e níveis da hierarquia social, que acabou inaugurando um gênero de impressos, as *robinsonadas*. O novo gênero baseava-se tanto em histórias de heróis náufragos e sobreviventes em ilhas desertas — solitários, em família, aristocratas, plebeus, civilizados, bárbaros, etc² —, como em testemunhos e observações de destemidos cientistas.

Mas as narrativas só comprovariam toda a sua eficácia e conheceriam a glória de uma *belle époque* quando associadas às imagens. O uso das gravuras sobre madeira e, mesmo das litografias coloridas e fotografias, o poder ampliado de difusão dos mapas e desenhos de povos “selvagens” e paisagens exóticas

atingiram públicos mais alargados, com idades, gêneros, origens sociais, níveis de instrução e nacionalidades distintas. A difusão das narrativas acompanhadas de imagens foi bastante favorecida pelo desenvolvimento da imprensa periódica, inaugurando uma nova relação entre os leitores e os lugares distantes. Quando os textos se misturam às imagens e passam a ser publicados em jornais e revistas, observa Sylvain Venayre (2006), as viagens atingem grandes tiragens e entram para a produção de uma cultura de massa.

Do ponto de vista das práticas literárias, havia um grande interesse pelas *robinsonadas*. Os mais célebres escritores faziam suas viagens de leitura sem entrar em navios, cruzar oceanos e desertos, enfrentar duras provas. O método de trabalho consistia em buscar o auxílio dos relatos e descrições dos que partiram e observaram em nome da ciência para depois as utilizar como fontes e inspiração na invenção de novos enredos. As viagens alimentavam a imaginação dos mais célebres escritores. Alexandre Dumas deve ter lido muito para criar suas impressões no romance *Un pays inconnu*, sobre dois aventureiros que chegam ao coração do Brasil. É o caso das voltas ao mundo de Jules Verne. Nem por isso, a narrativa sul-americana de Dumas e as viagens extraordinárias de Verne (publicadas e comercializadas por P.J. Hetzel) seriam menos verdadeiras aos olhos devotos da comunidade internacional de seus leitores³. As viagens orientavam o comércio transatlântico de livraria.

As mulheres europeias — britânicas, francesas, espanholas e alemãs — também percorriam o mundo e escreviam sobre suas experiências. Algumas poucas seguiam carreira de viajantes e exploradoras. Outras, viviam suas aventuras na companhia dos maridos e filhos. Mas o que estava em jogo, para as viajantes e aventureiras, argumenta Sylvain Venayre (2008:102), não era somente a escrita das narrativas como modos de expressão de suas experiências, mas a publicação de livros quando regressavam e a chance de entrar para o cenário intelectual de suas pátrias de origem. Abrir caminhos no

² Na categoria Robinsons em família, consultar o livro de Wyss, o *Robinson suíço*, e sobre os heróis aristocratas e plebeus, ler *A escola de Robinsons*, do ciclo das *robinsonadas* de Jules Verne.

³ A propósito da exportação das *Voyages Extraordinaires* de Jules Verne pela editora Hetzel e o processo de internacionalização da literatura juvenil de viagem francesa, consultar: Leão, Andréa Borges. *Vamos ao Brasil com Jules Verne? Processos editoriais e civilização nas Voyages Extraordinaires*. Revista Sociedade e Estado, 2012. (No prelo).

mundo significava produzir conhecimentos. Além do mais, os modelos e as práticas de viagem podem ser classificados conforme as motivações, as circunstâncias e os destinos de cada viajante. Há pontos em comum e também desacordos entre as orientações da partida — o desejo de aventura e de uma nova vida após um infortúnio, votos de religião, para as missionárias, e as expedições e estudos científicos, para as acompanhantes de maridos.

O livro *Les grandes voyageuses*, de Marie Dronsart, publicado em 1894, na Bibliothèque des Écoles et des Familles da Livraria Hachette atribuía às qualidades ditas naturais femininas — a prudência, a curiosidade, a intuição, a imaginação e a inteligência na observação do detalhe — a disposição das mulheres para a errância e a partida. Madame Dronsart visava o estabelecimento de um cânone que indicasse a figura da “viajante célebre” e a constituição de uma fortuna crítica para o gênero⁴. Ao estabelecer o cânone, evidentemente, a autora silenciava e tornava invisível a trajetória de muitas outras mulheres. Para ela, o charme dos relatos devia-se ao critério da antiguidade, passadas duas décadas da publicação tornavam-se já “pré-históricos”. Ao que tudo parece, a busca do exótico no tempo e a barbarização da história era o ingrediente principal das narrativas femininas. Talvez por isso, muitas das viajantes não publicassem suas impressões tão logo se viam “despertadas dos sonhos”, como costumavam falar de seus regressos.

As estrangeiras que viveram no Brasil e narraram uma dinâmica colonial em plena modernidade, como a alemã Ina von Binzer, autora do livro epistolar *Os meus romanos – alegrias e tristezas de uma educadora no Brasil* (1887), as inglesas Annie Brassey, autora da narrativa *À travers les tropiques* (1890) e Maria Graham, do *Diário de uma viagem ao Brasil* (1824), e a francesa Adèle Toussaint-Samson, autora das memórias *Une Parisienne au Brésil* (1883), são intérpretes privilegiadas desse dilema e, por isso mesmo, se constituíram em fontes de inspiração e trabalho para pensadores sociais como Gilberto Freyre⁵.

⁴ A obra tenta canonizar, em primeiro lugar e como exemplo, a Princesa Hélène Kolzov Massalsky, cujo pseudônimo literário era Dora d'Istria, e que fez uma viagem para a Suíça alemã vestida de homem; Ida Pfeiffer; Lady Brassey; Lady Barker; Madame Leonowens; Madame Godin des Odonais, entre outras.

⁵ Gustavo Henrique Tuna foi o primeiro a chamar a atenção para a importância dos relatos de viagem na composição da obra de Gilberto Freyre, associando-os à experiência de viajante do sociólogo. Embora, Tuna não tenha pesquisado especificamente os relatos das viajantes, vale consultar: *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*, 2003.

Entre os livros que foram citados ou efetivamente lidos pelo sociólogo na composição de sua trilogia sobre a sociedade patriarcal brasileira, gostaria de trazer para a análise as memórias da francesa Adèle Toussaint-Samson, traduzidas com o título *Uma parisiense no Brasil*. O objetivo é acompanhar as convergências e contrastes entre o modelo de civilização do Brasil proposto em um dos volumes da trilogia do sociólogo que trata especificamente do quadro de mudança social no século XIX, *Sobrados e mucambos – Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*, e aquele descrito no livro de memórias da escritora. Interessa mostrar as tensões provocadas na recepção das ideias e práticas de escrita de mulheres viajantes pelos leitores contemporâneos e abrir uma discussão sobre a escolha, classificação e os usos que ensejaram no pensamento social brasileiro. Se os textos agrupados sob determinados temas, como as *brasilianas*, estão em uma ordem de sucessão e se inscrevem em longas cadeias de representações, há uma circulação de ideias e, ao que tudo parece, até referências documentais compartilhadas entre o sociólogo Gilberto Freyre e a viajante Adèle Toussaint-Samson. A obra polêmica de Charles Expilly é uma dessas fontes.

Acima de tudo, gostaria de colocar em discussão um dos princípios de formação da sociedade brasileira: o contato cultural, intelectual e artístico com os indivíduos, objetos e ideias europeias, franceses em particular.

Para pensar a historicidade dos nexos entre a França e o Brasil, elegi o conceito de circulação cultural⁶, que considera os empréstimos recíprocos e as apropriações criativas entre as produções simbólicas nacionais (Chartier, 2008). O texto de Adèle corresponde a esse conceito. Mas a ideia de reeuropeização desenvolvida por Freyre (1960, 2003) — a síntese dos processos de influência de uma matriz cultural consolidada e irradiante sobre outra em formação — acaba sendo posta à prova. A reeuropeização enseja desdobramentos, quando se trata de pensar as alteridades de longa duração na história. O principal deles é a mística do contato franco-brasileiro, o “francesismo” ou “afrancesamento” para os intérpretes do Brasil como reação ao “exotismo tropical” construído

⁶ Como uma possibilidade de interpretação, conforme Carlo Ginzburg (1987).

pelos viajantes franceses e agravado, no século XIX, por um “sentimento de superioridade”, nas palavras do sociólogo (Freyre, 2003:446).

2. Os arquivos e as fontes: circulação transatlântica da cultura

Essas fogueiras no quintal, de papéis e livros preciosos, tem sido comuns no Brasil: não só nos quintais de conventos como principalmente nos das casas particulares e até nos das repartições públicas.

Um engenheiro francês no Brasil, Gilberto Freyre

A produção intelectual que se configura no Brasil a partir do meado do século XIX deve muito ao comércio de exportação do mercado de livros e impressos europeus e, em consequência, a um movimento intenso e veloz de circulação internacional das ideias e projetos intelectuais. Não por acaso, o problema dos efeitos da importação dos modelos artísticos e literários europeus na formação da cultura brasileira marca o pensamento social da década de 30⁷. No centro das inquietações dos intérpretes do Brasil encontram-se os vínculos entre uma cultura nacional em vias de constituição e as influências provocadas por práticas culturais recriadas como projetos de conquista. Os impactos do movimento internacional das ideias no Brasil são, desse modo, enfocados sob o prisma do transplante e da influência quase sempre como “imitação passiva”. Além do mais, imprimir uma marca nacional que permitisse reconhecer nossa produção simbólica como autêntica estava na base do pensamento social.

Gilberto Freyre (1960, 1974, 2003), por sua vez e, de livro em livro, vai ajustando as complexas relações entre a cultura brasileira e a europeia no par tutela-dependência. Daí, surgem duas importantes perguntas: o modelo das acomodações dos antagonismos que se desenvolveu no patriarcado tropical — entre português, índio e negro, senhor e escravo, pai e filho, homem e mulher, tradição e modernidade —, explicaria as tendências de longo prazo, as disposições íntimas e as relações de poder do novo par? Qual a lógica da dominação cultural formulada no modelo analítico freyreano?

⁷ Sobre os temas da produção ensaística dos anos 20 e 30, consultar: Elide Rugai Bastos, 2006.

Se olharmos a figuração intelectual oitocentista de outro ângulo e formulamos o problema em outra perspectiva, compreendemos que as operações de exportação dos impressos vinculadas a uma política de distribuição baseada na disseminação de pontos de venda pela América Latina ensejaram a transferência de capital literário para os países de produção cultural ainda incipiente. No caso específico do Brasil, o que poderia ser um projeto de colonização cultural, de pura e simples imposição de bens de consumo e, com eles, sistemas de valores, permitiu o acúmulo de capital simbólico necessário à autonomização das letras, da ciência e de um conhecimento social já em vias de constituição. A presença dos estrangeiros em um país que se abria à modernidade só poderia criar um feixe de tensões entre as pressões nacionais, que ensejavam o incômodo de um sentimento de inadequação na apropriação das ideias e objetos europeus, e as tentações de um cosmopolitismo provocadas pelo contato com essas mesmas ideias, objetos e indivíduos.

O Brasil não precisaria ser uma colônia francesa na América, como a Guiana, as Ilhas Martinicas ou Guadalupe, para que a sua produção cultural entrasse no jogo das trocas políticas e simbólicas entre diversos espaços nacionais. O processo de formação da cultura brasileira descreve lutas de autonomia, mas também cruza rotas e atravessa muitas fronteiras.

Para Gilberto Freyre (2003), a circulação transatlântica dos impressos e objetos culturais resulta em um movimento de reeuropeização de nossos modos de vida e sistemas de pensamento, iniciado com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, com a abertura dos portos e o incremento do comércio com navios estrangeiros. Observava-se, continua o sociólogo, a expressão de um sentimento de superioridade a tudo o que fosse herança dos tempos coloniais. Essa progressiva ocidentalização nacional enfrentava os costumes já tradicionais de uma primeira europeização implantada pelos colonizadores ibéricos no desenvolvimento da sociedade patriarcal. A tese, de enorme fortuna sociológica, é de que o primado ibérico soube aclimatar nos trópicos uma cultura oriental sob a influência do mouro, do judeu, dos árabes e dos negros africanos. A nacionalização da cultura brasileira só podia resultar da assimilação das contribuições portuguesa, africana e indígena.

O que provocaria a ruptura nessa tradição? Antes de tudo, a temporalidade psico-social, para Gilberto Freyre (1974), é feita de uma superposição de tempos contraditórios. Entre duração e movimento, as formas do passado sempre insistem em permanecer. Com a urbanização do país, a disseminação dos valores ocidentais e dos costumes europeizados no novo equilíbrio de antagonismos entre o sobrado e o mucambo, aos poucos, vai quebrando a acomodação secular entre o senhor e o escravo. As cidades e seus personagens tornam-se cenários de novos conflitos que redefinem as hierarquias sociais e acentuam outros antagonismos (Bastos, 2006). A ascensão do bacharel e do mulato por meio do estudo e da aquisição de uma cultura livresca, em Coimbra, Paris, Inglaterra, ou mesmo em São Paulo, Olinda ou na Bahia, rouba a cena: “É verdade que ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades para os escravos e filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual extraordinária ou de qualidades especiais de atração sexual” (Freyre, 2003: 270). Abre-se uma razoável distância entre os destinos desses personagens de diferenciação social e os da mulher e da criança, futuro filho-família, o par tiranizado pelo homem patriarca. Eclodem os conflitos entre o patriarcado rural e o prestígio das novas gerações de bacharéis e doutores que ousaram atravessar o Atlântico em busca de conhecimentos. Quando retornavam, traziam novas modas e doutrinas.

A mudança também é vista na arquitetura das casas e no colorido das cidades. Do mesmo modo que os objetos de uso rotineiro e as roupas dos homens e mulheres, a paisagem urbana vai se acinzentando, assimilando a sobriedade inglesa, tornando-se marron glacê nos tons franceses.

Em todo o processo de falência do patriarcado escravista e de transição para a modernidade brasileira, a unidade familiar é a que mais se vê alterada. A começar pelas regras de convívio. O modelo de gestão da intimidade, a gerência do secreto típica da civilidade burguesa toma o lugar dos ritos modorrentos e coletivos da vida rural. Objetos burgueses tais como latas de biscoitos, fogões de ferro, pianos de cauda, louças inglesas e os artigos de cutelaria, garfos e facas à mesa, novidades da culinária, assumem a magestade

dos sobrados e são manejados por aqueles que se empenham em fazer o aprendizado da distinção. Também mudam os modos de recreação. A leitura dos livros e impressos em outros idiomas passa a organizar o novo espaço doméstico colonial. A posse de livros importados, principalmente os franceses de literatura, filosofia e política, os livros técnicos, as cartas da Mme de Sévigné, as *Fábulas* de La Fontaine, o *Emile* e a *Nouvelle Héloïse*, de Rousseau, o *Esprit des Lois*, de Montesquieu, os dicionários de geografia, os manuais de química, medicina, física, astronomia e zoologia, as narrativas de viagem, as voltas ao mundo e as *robinsonadas*, entre outros títulos e gêneros (Freyre, 1960: 277-279), eram prova material e manifestação íntima das obrigações da dependência cultural brasileira. O exótico e o pitoresco saem dos gabinetes de curiosidades e ganham vida na leitura, povoando os sobrados de livros e *magazines* do mundo civilizado. Desse modo, os brasileiros recebiam as ideias europeias.

Na nova civilização doméstica — no sentido de novos laços sociais —, as mulheres estrangeiras, governantas e professoras, passam a ser admitidas nas casas de família de norte a sul do Brasil. São elas que vão tomar o lugar das matronas e dos padres jesuítas na educação das crianças. Elas se empenham em observar a dinâmica social, as regras da casa e da rua, deixar por escrito as suas impressões, afirmar uma dignidade autoral e transmitir ao mundo leitor suas experiências de vida, “(...) o que nos faz voltar às governantas e *institutrices* para acentuar que também elas, na primeira metade do século passado talvez mais numerosas nas casas-grandes e nos sobrados patriarcais do norte do que nos do sul, exerceram a ação revolucionária que não deve de modo algum ser esquecida ou desprezada.” (Freyre, 2003:76).

A plasticidade das viajantes-*institutrices* estrangeiras lhes conferiu o papel de protagonistas na reeuropeização do convívio íntimo patriarcal brasileiro, alterando o estilo e a cultura dos demais personagens.

Maria Graham, com todo o cuidado dos que têm acesso ao interior de uma casa e observam a vida alheia, viu os móveis coloridos e orientais, da China, da Índia, ainda resistindo à moda ocidental de decoração dos sobrados, no Rio de Janeiro. Observou a sensualidade dos toques das mucamas, no cafuné, em

pleno convívio burguês de costumes. Do mesmo modo, Adèle Toussaint-Samson reconheceu a luta entre culturas e civilizações de que se tornara palco o Brasil. Observou nos móveis e arquitetura das casas os parentescos e afinidades ecológicas com os costumes e modas orientais, em pleno período de substituição de importações dos artigos orientais pelos ocidentais. O mesmo se deu com outros viajantes, como Arago, Debret, Southey, Kidder, Saint-Hilaire, Chales Expilly, D'Assier e Ferdinand Denis (Freyre, 2003).

As apropriações dessas narrativas permitem entrever o jogo de imagens e autoimagens do par em relação, brasileiros e estrangeiros, desde a invenção francesa do mito do “bom selvagem” ao contraponto do “afrancesamento”.

A eficácia do modelo de civilização europeu que se impunha aos trópicos era medida pela produção de crenças e mistificações em brasileiros “sedentos de novidades”. Na obra de Freyre, sobressai a figura do europeu monopolizador do comércio de importação, disputando mercado com os produtos orientais, árabes e chineses. Uma dessas figuras são os livreiros-editores parisienses que se instalaram na corte do Rio de Janeiro na segunda metade do século. O percurso do mais importante entre eles, o mais novo dos irmãos Garnier, ao lado de Aillaud, Garroud, Briquet e Laurrane, ilustra a expansão editorial francesa. Vale a pena narrar um pouco do vigor e energia de livreiro-viajante Bartiste-Louis Garnier, um dos protagonistas da intermediação cultural entre a França e o Brasil, tão importante quanto o engenheiro francês Loius-Léger Vauthier.

De acordo com o documento intitulado *Portraits de Libraires, les Frères Garnier*, publicado por uma corporação de livreiros franceses, em 1913, Baptiste-Louis, o mais novo dos quatro irmãos que partiram da Normandia para seguir carreira no comércio de livros em Paris, havia compreendido que a América Latina em franco desenvolvimento cultural necessitava de “livros franceses e de boas traduções em espanhol”. Decidiu, então, vir para o Brasil e se especializar no negócio do livro importado. Uma vez estabelecido, investiu nas traduções de autores consagrados e obras clássicas, na publicação de almanaques, além das edições próprias de ciência, livros escolares e literatura brasileira. Mas quem, perguntavam os livreiros parisienses, à época se arriscaria a empreender negócio semelhante?

Tudo começou quando Auguste-Désiré Garnier desembarcou em Paris, em 1824, deixando para trás a rotina na fazenda da Baixa-Normandia, em uma pequena cidade chamada Lingreville. A família Garnier era de origem humilde, o pai trabalhava como açougueiro, percorria a região da Mancha vendendo carne salgada. Os primeiros passos de Auguste na carreira de livreiro foram dados no gabinete de leitura de Saint-Jorre, um compatriota monarquista e especializado na venda de livros antigos. François Hippolyte, o segundo irmão a chegar em Paris, fez escola na livraria de Henri Delaroque, situada no boulevard des Capucines, perto do Ministério das Relações Exteriores. A vizinhança acabou determinando a clientela. A loja de Delaroque passou a ser conhecida como a “*librairie du Ministère des Affaires Etrangères*”, o que sugere o aprendizado e a motivação de Hippolyte para o investimento no comércio de exportação de livros. Não por mera coincidência, o terceiro irmão a vir da Normandia, Pierre-Auguste, debutou na livraria estrangeira de Truchy. Em 1837, Hippolyte e Auguste decidem abrir o próprio negócio, uma livraria com o nome da família no Palais-Royal.

Em 24 de junho de 1844, Bartiste-Louis Garnier chega ao Rio de Janeiro. O irmão mais novo abre uma loja no número 69 da Rua do Ouvidor. O programa editorial da Garnier para a América Latina diz muito sobre a organização da circulação dos livros e, principalmente, sobre o que se transferia da França para o Brasil. Considerando uma dinâmica social fundada na tradição ibérica, católica e patriarcal, os livros que Hippolyte e Auguste enviavam da matriz para a loja carioca, os editados com selo próprio ou negociados com outras casas para a venda no Brasil, formavam um acervo de obras cristãs, piedosas e moralistas, dicionários em várias línguas, uma vasta e atualizada imprensa de viagem, romances de aventuras e clássicos da literatura adulta e juvenil. Também compunham o fundo da livraria brochuras obscenas e estampas pornográficas. Em Paris, Pierre-Auguste se tornara especialista no ramo. O erotismo e as práticas devotas tocavam um seletorado — uma “comunidade de almas latina” —, que certamente de há muito conhecia e esperava por esses livros.

Márcia Abreu (2003) diz do quanto os cariocas letrados apreciavam as leituras de livros importados. Com a abertura dos portos, levas de estrangeiros,

adultos e crianças, passaram a residir no Brasil e a se constituir em público leitor dos clássicos ingleses, franceses e espanhóis. Mesmo com a fiscalização exercida pelo Desembargo do Passo, entre os anos de 1808 e 1826, era expressiva a presença de livros importados no Rio de Janeiro. Para as crianças, a autora cita, entre outros, o opúsculo de Arnaud Berquin, *L'amie des enfants* e o romance *Les aventures de Télémaque*, de Fénelon (Abreu, 2003: 124).

O destino de muitos outros livros e tesouros impressos que entraram no Brasil esteve sobretudo ligado à longa viagem da biblioteca dos reis portugueses, estudada por Lília Moritz Schwarcz (2002). Depois de vencer três duríssimas provações naturais na Lisboa de 1755, o tremor, o fogo e o maremoto, passar por uma reconstrução levada a cabo pelo ministro Pombal e por tantas mesas censórias e disputas políticas que tiravam de circulação livros particulares para depois os redistribuir pelas coleções reais, enfim, a Real Biblioteca, ou uma parte dela, chega ao Brasil na companhia da monarquia portuguesa, em 1808 (Schwarcz, 2006). Após o desembarque e a instalação da corte não cessaram as remessas de livros vindos da Europa para enriquecer a biblioteca. O destino dos livros e impressos da Real Biblioteca, no entanto, foi o de ultrapassar os domínios da realeza, disseminar ideias, contagiar os leitores e contribuir para a construção da independência política e autonomia de pensamento no país.

Se Baptiste-Louis Garnier inventou um público leitor brasileiro era porque na França os livreiros-editores colhiam os frutos da reforma da instrução universal e, por conseguinte, da massificação dos leitores. Eles apostavam na divulgação ampliada do conhecimento e do progresso científico. Por isso, engajavam-se na produção de livros em grande escala e na exportação para fora da Europa. Os caminhos para os homens do livro no Brasil foi aberto, anteriormente, pelos técnicos, artesãos, mecânicos, pedreiros e pasteleiros, açougueiros e pequenos comerciantes de vários gêneros, levas de imigrantes europeus — franceses, ingleses, alemães — que vieram reeuropeizar nossa vida e paisagem social. Esse processo deve ser buscado não apenas na alta cultura difundida no livro, assinala Freyre, mas na transmissão de novas

técnicas de produção e negócio. É o caso da atuação do francês Louis Léger Vauthier, que esteve no Recife entre os anos de 1840 e 1846.

Em 1940, Gilberto Freyre ganha de presente do amigo Paulo Prado o manuscrito do diário íntimo do engenheiro francês Vauthier, que residira por seis anos em Pernambuco, ocupando o cargo de chefe da Repartição de Obras Públicas. O que mais chamou a atenção do sociólogo na leitura do diário foram as informações sobre a atuação técnica, no comércio e indústria, dos imigrantes franceses da primeira metade do século XIX . Essa atuação exerceu uma forte influência sobre a cultura brasileira, “uma cultura incipiente e ainda verde” (Freyre, 1960:30). Freyre decidiu, então, fazer um esboço da figura de Vauthier acompanhado de um estudo sobre a sua atuação no Recife.

O primeiro passo na constituição de um *coupus* documental que permitisse o conhecimento das atividades técnicas dos imigrantes europeus foi o exame dos anúncios e editoriais dos jornais que circularam durante o reinado de Pedro I e período da Regência. No Arquivo Público do Estado de Pernambuco, na Repartição de Viação e Obras Públicas e na Biblioteca Pública de Pernambuco, Freyre buscou documentos oficiais, manuscritos relativos a orçamentos de projetos e obras públicas, mais direcionados à atividade do engenheiro. Foram muitos os obstáculos à pesquisa, a situação dos arquivos era bem precária, lamenta-se o sociólogo, mas graça a uma rede de sociabilidade intelectual da qual fazia parte houve um rico trabalho de colaboração na localização dos documentos. Afonso Arinos de Melo Franco trouxe de Paris fotografias e outras fontes do arquivo privado de Vauthier e Honório Rodrigues levantou fontes no Instituto Histórico do Rio de Janeiro.

Gilberto Freyre (1960:34) abre o estudo que antecede a publicação do diário de Vauthier com um comentário sobre seu método de trabalho: “o método seguido foi o histórico-social, de procurar destacar as repetições, ou melhor, as recorrências, ou as regularidades de significação sociológica. E estas, quanto mais intensamente estudadas numa região, melhor”. A declaração sobre os protocolos da pesquisa, ao lado das referências teóricas, orientou a escolha e interpretação dos documentos. Quer dizer, fontes e metodologia correspondem

às referências teóricas do sociólogo, em grande parte adquiridas na formação de base nas universidades americanas, nos anos 20.

No estudo sobre o engenheiro, Freyre desenvolve a tese da transmissão técnica do contato entre franceses e brasileiros, protagonizada pelos primeiros artesãos e, depois, pelos profissionais especializados na “influência francesa no Brasil”. Nesse caso, a influência, cujos protagonistas são os agentes da cultura material e imaterial, foi marcadamente de ordem técnica. O engenheiro francês seria um caso, um ponto de apoio histórico, que apresentava características gerais, típicas, regularidades suscetíveis de análise sociológica. Se Vauthier é um “caso histórico de contato”, nem por isso a recepção das ideias, objetos e indivíduos franceses no Brasil poderia ser reduzida à influência.

Na visão do sociólogo, a história da influência francesa é a história da presença e ação dos franceses no Brasil, as ligações que construíram, as idéias que transmitiram. Recebemos dos franceses sobretudo o gosto pelo trabalho manual, por meio da técnica e do comércio. Depois, por meio da ciência, da literatura e das artes. Não se deve perder de vista que a técnica e o comércio se acompanhavam de ideias que nos chegavam por “transculturação ou transplante”. Os agentes da cultura francesa operavam uma certa pedagogia, cujo efeito era o de impressionar um “povo atrasado”. No caso Vauthier, tratava-se da propagação “da doutrina socialista de vida e trabalho”⁸.

Mas, o que constitui um aparente paradoxo é que a irradiação da cultura francesa no Brasil se deu, antes de tudo, pela assimilação do índio durante os primeiros contatos. Freyre continua argumentando que os pontos de contato com a França na formação social brasileira se deram de três modos: por meio do contabando de madeira; dos aventureiros, nos séculos XVI e XVII; e dos missionários e cientistas ilustres. Freyre acaba estabelecendo uma tipologia das viagens e dos viajantes no Brasil, para concluir: “mas durante o tempo em que estiveram em contato com os índios brasileiros, os franceses em vez de compêndios de latim e de retórica puseram nas mãos dos selvagens ferramentas e armas europeias e ensinaram-lhes ofícios. Para os franceses

⁸ Uma das realizações de Vauthier foi o teatro Santa Isabel, no Recife. A respeito, consultar: Poncioni, Claudia. *Pontes e ideias. Louis Léger Vauthier – Forerista*.

romantiscos-naturalistas, o trabalho manual jamais poderia corromper o que havia de nobre, de belo no primitivismo do índio (1960:214).

No exame do diário, o sociólogo faz uma história social da cultura como influência técnica no lugar de uma história cultural dos usos e representações da técnica. Como não demonstrou interesse estudar a cultura brasileira na perspectiva de suas conexões transnacionais, as redes de atuação dos indivíduos que mediam a história dos contatos ainda estão por ser elucidadas. Passo, então, a uma reflexão sobre os usos e leituras das fontes na sociologia de Gilberto Freyre e, com isso, busco matizar a hipótese da influência.

Na primorosa biografia intelectual de Gilberto Freyre, escrita por Maria Lúcia Pallares-Burke (2005), conhecemos o método de concepção da trilogia do sociólogo. A autora adentra os arquivos íntimos de Freyre, estuda a sua biblioteca particular, os documentos da juventude, as crônicas publicadas no Diário de Pernambuco e as anotações no diário-memória, a fim de refazer seus caminhos metodológicos. Em primeiro lugar, assinala Maria Lúcia Pallares-Burke, Freyre marca uma distinção em relação aos pares por trazer o ensaio para a sociologia, fruto de uma longa formação universitária no exterior. O jovem Gilberto conheceu o ensaio ainda no curso de Andrew Joseph Armstrong, na Universidade americana de Baylor. Foi o gosto pelo gênero convertido em protocolo de escrita que o levou ao aprendizado e interesse pela “rotina da vida”. Pallares-Burke procura ligar as práticas aparentemente desconexas, esparças e descontínuas, das leituras de Freyre à preferência pelo ensaio e a uma possível abertura da sua criatividade. O relacionamento com os livros e os modos de lê-los, nesse caso, orientariam o método relativamente casual de seleção e análise das fontes de trabalho. Quer dizer, a interpretação corresponderia a esse modo peculiar de ler.

Freyre lia de tudo, desde obras de filosofia e história aos romances populares do século XIX, “sistematicamente de modo assistemático” (Pallares-Burke, 2005: 112). Não se pode perder de vista, lembra a autora, que Freyre estava empenhado em criar um novo estilo, em “escrever obras direfentes das consagradas”. Por diversas vezes, mostrou-se confiante, “para não dizer orgulho”, de suas “leituras contraditórias”. O apreço ao perspectivismo remete à

relação de Freyre com a verdade e a prova. Uma relação mediada pelo gosto e pelas afinidades na escolha aleatória de certos aspectos do passado.

Uma das fontes privilegiadas do sociólogo para a recostituição da dinâmica patriarcal e a elaboração do modelo analítico são os anúncios publicitários nos jornais — os de venda de escravos, de modas, utensílios domésticos, artigos de importação, livros e impressos em geral, etc. Não se pode desconsiderar a importância da imprensa periódica na busca dos vestígios do passado. As mensagens nos jornais (os editoriais, textos e anúncios), no entanto, não se explicam por si mesmas e muito menos encerram tudo sobre o passado. Quando tomadas isoladamente escodem os diversos interesses postos em jogo nas publicações, as estratégias comerciais e lutas de afirmação simbólica dos produtores. Para que os anúncios da venda de escravos estudados por Freyre (2010) se tornassem objetos de história social e antropologia cultural — inaugurando uma nova ciência, a anunciologia — não poderiam ser tomados na sua “transparência”. E mais, se os efeitos da difusão dos anúncios na cultura brasileira são importantes chaves de interpretação oferecidas pelo sociólogo, nem por isso a dinâmica social que regulava a imprensa periódica se tornaria visível logo ao primeiro olhar.

O mesmo tratamento isolado foi dado às narrativas de viagem. Freyre não procurou estabelecer vínculos entre elas. Talvez não tenha sido do seu interesse a ampliação do *corpus* documental de sua pesquisa — estendendo-o aos catálogos das editoras francesas no Brasil, aos títulos de uma coleção de viagem, etc — e muito menos dirigir perguntas aos processos de produção dos textos, aos percursos de publicação e aos sucessos das narrativas. Na obra monumental de Gilberto Freyre, as narrativas de viagem são utilizadas como preciosas fontes de informação, mas poderiam também ter sido apropriadas como objetos de análise. Ele não observou as regularidades e variações entre elas. Quem sabe por esse motivo, quase tornou invisível as memórias de Adèle Toussaint-Samson, citando-as muito rapidamente na bibliografia de *Sobrados e mucambos* e deixando na sombra a atuação de transmissora cultural da escritora, tão importante quanto a do engenheiro e, acrescento, a dos livreiros franceses que se instalaram na corte do Rio de Janeiro em meados do século.

Mais uma pergunta merece resposta: uma viajante como Adèle poderia ser inscrita na mesma cadeia de regularidade sociológica aberta por Vauthier?

Gilberto Freyre, na montagem da sua trilogia sobre o complexo patriarcal, visitou as *Brasiliaianas* de Oliveira Lima, em Washington, foi à Biblioteca Nacional de Lisboa, à Biblioteca da Universidade de Stanford, aos arquivos coloniais da Bahia e do Rio de Janeiro, leu manuscritos nas coleções privadas, entre outros espaços de pesquisa (Bastos, 2006). Porém, se ampliasse um pouco mais seus documentos faria descobertas despidas de exotismos e bizarras, em uma perspectiva mais globalizada.

Gostaria de insistir na ideia de que a dinâmica material da cultura brasileira envolve complexas redes de atuações, locais e globais, e deve ser apreendida na sua historicidade.

3. Leituras de Adèle Toussaint-Samson, controvérsias no espelho

É lá (na Rua do Ouvidor) que a vaidade de nossos compatriotas, que partiram trabalhadores e tornaram-se chefes de casa, é risível de se ver! Todos orgulhosos de ter dinheiro e escravos. É a custo que se dignam a honrá-lo com um pequeno cumprimento protetor com a ponta dos dedos.

Uma parisiense no Brasil, Adèle Toussaint-Samson

A vinda de Adèle ao Brasil foi motivada por um sonho de aventura. O casal Samson, Adèle e Jules, deixara a Europa por motivos econômicos. Na companhia do marido, nascido no Brasil “de pais franceses” e que mais tarde se tornou professor de dança da família imperial, e do filho pequeno, a escritora viveu no Rio de Janeiro por 12 anos, entre 1850 e 1862.

Uma vez instalada, passou a dar aulas de francês e italiano e, com isso, adentrou o interior da família patriarcal e olhou de perto a vida alheia. É interessante observar como a atividade de educadora nas casas de família orientou a escrita intimista de suas memórias de viagem. Com efeito, na produção das viagens ao Brasil, percebe-se a convergência de uma diversidade de gêneros, aponta Magada Sarat (2004:24). A profissão do viajante, enquanto elemento de ligação entre os estrangeiros e a população nativa, é um dos pontos de definição do gênero (2004:26).

Se partirmos da relação entre o título e o conteúdo, a narrativa das memórias de Adèle se refere à questão racial feminina e apresenta um estudo moral dos tipos e dos costumes das brasileiras, das índias nas fazendas, escravas negras das cidades e das “empregadas” mestiças, categoria definida como “meio-termo entre dona-de-casa e criada” (Samson, 2003:133). Todas representadas em relação às senhoras brancas e ao patriarca homem. Aí incluindo outras figuras sociais do mando, como o feitor da fazenda.

Sobre a constituição racial do brasileiro, Adèle (2003:100) não foge ao padrão dos estudos da época e reproduz a tese corrente da mestiçagem como um dos fatores de instabilidade e enfraquecimento da raça. Por conseguinte, a tese da escravidão como um mal necessário à economia do país também é reproduzida. Como não se tratava da publicação dos resultados de uma viagem oficial de estudos ao Brasil, Adèle não se preocupou em preparar nas suas memórias uma “lição de casa” sobre a experiência racial nos trópicos. Para ela, uma das características inatas do brasileiro é a de que não suportava servir, o que, a seus olhos, explicaria o desprezo ao trabalho manual. É possível que estivesse empenhada em satisfazer as expectativas do público leitor das viagens, cheio de expectativas. É plausível, ainda, considerar que a representação do mistério e poder de sedução da mulher brasileira, a da negra em particular, nutrisse a curiosidade e o desejo de exótico e aventura de franceses já bastante informados sobre o Brasil: “Quanto à raça brasileira, mistura de sangue europeu, americano e africano, tem toda a indolência crioula, é fraca, abastada, muito inteligente e não menos orgulhosa. É evidente que é ao comércio com os negros que se deve em parte a deterioração dessa raça. As negras, com seus ardores africanos, estiolam a juventude do Rio de Janeiro e de suas províncias. Há em seu sangue um princípio acre que mata o branco”.

Na perspectiva de Adèle, o “princípio acre que mata o branco” não se reduziria a questões de pigmentação da pele ou textura dos cabelos. Para ela, a entrega da brasileira ao homem branco não aparece como metáfora de um encontro amoroso e alienação total que resultaria na feliz colonização pelo casamento. Em se tratando da mulher negra, imaginada como animal carnívoro sujeito a toda sorte de condenação moral, a relação sexual não venceria o

estranhamento, superaria as diferenças e muito menos apresentaria bons frutos de mestiçagem. Esse é um dos momentos decisivos em que ela põe à prova Gilberto Freyre. Mesmo admitindo o mulato como fator de ascensão social, Adèle não separa a alienação da entrega de uma violência do contato. Há convergências e contrastes nas duas possíveis vias de conhecimento do Brasil.

A ela impressionava, sobremaneira, o abasileiramento das compatriotas francesas. Tão logo ascendiam, as senhoras europeias esqueciam suas línguas de origem e contratavam mucamas, embaralhando as peças do jogo da civilização para deixar entrever todo o processo de interiorização do modo de vida colonial. Por isso, quando os casais franceses retornavam à seu país costumavam levar algumas curiosidades do Brasil, como crianças negras. Vale citá-la: “Fui recebida, à minha chegada, na casa de um ex-latoeiro e sua mulher, *parvenus* em toda a força do termo, que eram bem divertidos! O marido, um homem corpulento, usando brincos, não podia dizer uma palavra sem acompanhá-la de um erro de pronúncia, e só abria a boca para falar de sua riqueza e de seus escravos. Quanto à sua mulher, muito robusta também, como dizia, pavoneando-se em sua poltrona com um vestido decotado, que mostrava o que ela deveria esconder com cuidado, interrompia sua partida de cartas para gritar a todo instante “Ô negrinha! passa-me o leque! Ô negrinha! Dá-me a caixa de rapé! Ô negrinha! Traze-me um copo d’água! Ô negrinha! Apanha o meu lenço, e principalmente esse lenço, ela o lançou ao chão mais de vinte vezes durante a reunião, para ter o prazer de fazer uma negrinha de sete a oito anos, acorçada a seus pés, apanhá-lo outras tantas vezes” (2003: 86).

E assim a cultura europeia ia se colocando à prova da “vida selvagem”. Na perspectiva da reeuropeização em Gilberto Freyre, confrontada às impressões de Adèle, fica difícil saber quem influenciava quem. No lugar da dependência cultural e afrancesamento dos brasileiros, seria melhor pensar em relações de interdependência simbólica franco-brasileiras.

Tampouco escapou ao olhar atento da viajante a crueza das espanholas. Essas mulheres abasileiravam-se de modo tão patriarcal que chegavam ao ponto de espancar seus escravos: “Tinhamos uma vizinha, na Rua do Rosário, no andar superior, uma señora (senhora) espanhola que tinha a seu serviço três

ou quatro escravos. Todo dia, cenas horríveis aconteciam acima de nossas cabeças. Pela mais leve omissão, pela menor falta de um deles, a espanhola os chicoteava ou dava-lhes golpes de palmatória, e ouvíamos as pobres negras lançarem-se a seus pés, gritando “Perdão senhora!” Mas a implacável patroa jamais se deixava enternecer, e dava sem piedade o número de golpes que julgava dever dar. Aquelas cenas faziam-me um mal horrível” (2003:97).

Um dia, continua a escritora, os golpes de chicote da espanhola se fizeram acompanhar de gritos tão dilacerantes e insurportáveis de ouvir que a levaram a perguntar ao marido como se dizia em português a palavra *bourreau*, ao que ele prontamente traduziu por “carrasco”. Adèle, então, subiu as escadas correndo, abriu a porta da espanhola, enfrentou-a “jogando-lhe na cara” sua primeira palavra pronunciada em português – carrasco. O horror ao espetáculo da escravidão, aos leilões de homens, mulheres e crianças, à visão das máscaras de ferros e às “cenas de barbárie” sob o sol de fogo do país tropical, somados às epidemias de febre amarela e à crueldade nas relações familiares patriarcais, remetiam-lhe aos contos de terror de Hoffmann.

Jacqueline Penjon (2005) assinala que, no retorno a Paris, Adèle levou uma forte dose de perplexidade: a descoberta do sistema patriarcal e escravocrata brasileiro. Talvez, por denúncia, descreve as mulatas como tipos fortes e viris. De acordo com Penjon, ela tropeça no esteriótipo da mulher sensual, embora compare as senhoras brancas, sobretudo as que residiam nas fazendas, com escravas domésticas.

A narrativa de Adèle também se refere ao Brasil como um livro aberto da natureza, da ciência e das letras. A exuberância do país tropical, os perigos das florestas, o fascínio do corcovado, os aspectos instrutivos da vegetação, são traços recorrentes nos relatos dos viajantes. Adèle não poderia ter escapado a eles, pois via o Brasil pelos olhos das autoridades científicas da sua época.

Adèle inicia o texto de *Uma parisiense no Brasil* situando-se como autora face aos editores franceses. Seu manuscrito foi, por diversas vezes, rejeitado, só conhecendo a luz da publicidade em 1883, após uma visita do Imperador Pedro II a Paris, embora tenha sido composto em 1870, no retorno a França. Por que interditar a palavra da viajante? Quais perigos representava? Tudo leva

a crer que a garantia de sua liberdade de expressão enfrentava a censura exercida sobre as mulheres que ousavam publicar seus relatos de viagem sem a companhia autoral dos maridos. Maria Inez Turazzi (2003:26), no primoroso ensaio crítico ao livro de Adèle, nos conta um pouco dos caminhos de sua história editorial, relacionando-os à família imperial brasileira: “Em abril de 1881, Adèle enviou ao imperador D. Pedro II um exemplar de seu livro *Les chemins de la vie* (Paris: E. Dentu, 1880), um estudo de costumes que viria a ser premiado pela *Académie Française*. Gênero muito em voga na época, um outro exemplar da obra foi também oferecido pela autora à princesa Isabel. (...). Adèle agradeceu a Pedro II a acolhida que ela e o marido tiveram no Brasil”.

Interessava aos editores franceses a publicidade de um “recheio do Brasil”, um drama de aventuras nas florestas virgens entre índios canibais e animais ferozes, de preferência, com 300 páginas. Face a essas e outras contingências do mercado editorial, deve-se imaginar a preocupação de Adèle em perder a atualidade de suas impressões. Ela tinha urgência em passá-las o mais rapidamente possível para o livro, a fim de divulgá-las e abrir um debate em torno do Brasil. Adèle nutria um desejo de veracidade e imparcialidade. Ela acreditava no direito de escrever sobre o que pensava e encontrar os seus verdadeiros leitores, “Eu digo aquilo que eu vi”, em oposição ao puro exercício da imaginação destinado a entreter franceses cheios de expectativas.

Adèle Toussaint-Samson talvez não tenha produzido tantas mistificações nos brasileiros sedentos de novidades. A identificação com a verdade e a irreverência do estilo ela declarava ter vindo de Joseph-Isidore Samson, seu pai, um conhecido ator da *Comédie Française*. O pai foi uma referência na juventude da filha. Após a morte de Joseph-Isidore, ela lhe consagrou uma biografia.

Uma importante fonte de consulta de Adèle foi a obra de Charles Expilly, em especial os livros *Le Brésil, tel qu’il est* e *Les femmes et les mœurs du Brésil* (1863), entre outros tantos que constavam nos catálogos das editoras francesas e brasileiras. Vale notar que Expilly escreveu um opúsculo intitulado *La vérité sur le conflit entre le Brésil, Buenos-Ayres, Montevideo et le Paraguay* (1866), que foi muito mal recebido pelos intelectuais brasileiros, de modo algum presas de crenças ou mistificações ante as obras francesas. Charles Expilly produziu

verdadeiras deformações no espelho pátrio, construindo uma imagem bastante diversa da que os brasileiros tinham deles mesmos. Entre seus críticos, cito Antonio Pinto Júnior, João Carlos Mosé e Cruz Lima. Com efeito, o estudo das relações de força entre as culturas (Sapiro, 2009) é uma via de acesso privilegiada às redes de atuação desses intelectuais. Esse grupo de leitores demonstrou não ter interiorizado qualquer dependência cultural.

Tampouco o livro de Adèle Toussaint teve uma boa acolhida pelos letrados brasileiros. Ela não teve a mesma sorte de Louis Léger Vauthier, o engenheiro francês, cujo diário mereceu estudo de Freyre. As notas de reparação do tradutor, o professor Antonio Estevão da Costa Cunha, são francamente desfavoráveis às interpretações da autora. Ela se defende: “Afirmar que o brasileiro era indolente; nada mais falso: garantem-me que é cheio de energia. Anunciei que era orgulhoso: eleva-se um clamor geral contra essa afirmação, e todos os jornais do Rio de Janeiro põem-me no índice”.

Na França, as memórias de Adèle Toussaint não entraram na célebre coletânea *Les voyageuses au XIX siècle*, de Amèlie Chevalier. Isso significa que ela não encontrou lugar na ordem dos valores literários estabelecida e que visava à construção de um cânone e de uma legitimidade simbólica, como a já citada obra sobre as viajantes que marcaram a história, de Marie Dronsart.

Enfim, como se trata de recordações, o olhar de Adèle sobre o Brasil é distanciado, assinala Jacqueline Penjon (2005), “o que lhe permite um certo recuo traduzido em observações temporais e comparações”. Não por acaso, ela dedica seu livro a Louis Jacolliot, um viajante francês na Índia, o que evidencia os laços intelectuais anteriores à viagem ao Rio de Janeiro, ou posteriores, uma vez que a narrativa foi escrita no retorno a Paris.

Adèle entrou em confronto consigo mesma e logrou se desfazer da autoimagem francesa para interpretar a sociedade brasileira. A má companhia de Charles Expily, de péssima reputação entre os letrados, pode explicar algumas das reações adversas ao seu livro. Na França, ela publicou suas memórias na casa editora de Paul Ollendorf, um amigo de seu pai. Pouco tempo depois, traduzia José de Alencar e continuou escrevendo até morrer, sempre em contato com a língua portuguesa. A viajante faleceu no dia 12 de outubro de

1911, com 82 anos, após muito sofrimento, queimada pelas brasas da lareira de sua casa.

Questões, à guisa de conclusão

O caminho da argumentação seguiu a análise das trocas e apropriações culturais na formação social brasileira. A circulação e, por conseguinte, as formas de recepção e o consumo cultural, como observam Carlo Ginzburg (1987) e Roger Chartier (2001), não podem ser pensadas nos termos da distribuição desigual de objetos *a priori* classificados em eruditos e populares, familiares e exóticos, mas de práticas plurais e diferenciadas que marcam os usos e apropriações de objetos e ideias por diversos níveis da hierarquia social.

A lógica específica da dominação cultural tem regras, hierarquias e fronteiras próprias. Qual era o interesse dos editores e livreiros franceses em propagar em grande escala os relatos científicos e a literatura de viagem? Quem sabe, o de viajar na boa companhia de suas *robinsonadas*, instalando-se em países nos quais eram ambientadas as narrativas, expandindo o comércio dos livros e impressos para, enfim, preparar favoravelmente uma recepção e conquistar novos mercados e leitores. Essas estratégias se mostraram eficazes e atingiram várias gerações. Passado o modismo e a atualidade do gênero, pensadores sociais, a exemplo de Gilberto Freyre, utilizaram as narrativas de viagem europeias como vias de compreensão da dinâmica cultural oitocentista.

Um estudo comparativo entre as observações de uma parisiense no Brasil e os estudos sociais de Gilberto Freyre, considerando os modelos de investigação e a elaboração das interpretações decorrentes, sugere reflexões sobre a produção e os usos de fontes documentais tanto por autores clássicos do pensamento social brasileiro, como, quem sabe, por uma sociologia das viagens e dos viajantes ainda por fazer.

Por fim, o distanciamento de Adèle e a proximidade de Freyre em relação ao processo de conhecimento de um mesmo objeto, a sociedade brasileira, mereceria ser de alguma forma problematizado.

Bibliografia

Abreu, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB), São Paulo: Fapesp, 2003.

Bastos, Elide Rugai. *As criaturas de Prometeu. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo : Global, 2006.

Chartier, Roger. *História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

Chartier, Roger. Postface. L'Histoire Culturelle entre traditions et globalisation. In : *L'Histoire Culturelle: un « tournant mondial » dans l'historiographie?* Sous la direction de Philippe Poirrier. Editions Universitaire de Dijon. Dijon, 2008.

Dronsart, Marie. *Les grandes voyageuses*. Bibliothèque des Écoles et des Familles. Paris : Livraria Hachette, 1904.

Expilly, Charles. *Mulheres e costumes do Brasil*. Brasiliana. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1935.

Freyre, Gilberto. *Ordem e Progresso: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.

Freyre, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. Prefácio do Professor Paul Arbousse-Bastide. 1. ° Tomo. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1960.

Freyre, Gilberto. *Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2003.

Freyre, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Global, 2010.

Ginzburg, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Mollier, Jean-Yves. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaio sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Pallares-Burke, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre. Um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Penjon, Jacqueline. Une intellectuelle française à Rio. In : *Hommes des sciences et intellectuelles euroréens en Amérique Latine (XIXe – XXe siècle). Actes du colloque international et interdisciplinaire 18, 19, 20 de novembre 2004*.

Université Paris X. Sous la direction de Joseph M. Farré, Françoise Martinez, Itamar Olivares. Paris : Éditions Le Manuscrit, 2005.

Poncioni, Claudia. *Pontes e ideias. Louis-Léger Vauthier – Forerista*. Pernambuco : CEPE, 2010.

Sapiro, Gisèle. *Les contradictions de la globalisation éditoriale*. (Sous la direction). Paris: Éditions Nouveau Monde, 2009.

Sarat, Magda. *Histórias de estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo, Piracicaba, 2004.

Schwarcz, Lília Moritz. “Sobre a longa viagem da biblioteca dos reis”, in Dutra, Eliana e Mollier, Jean-Yves (Org). *Política, Nação e Edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*, São Paulo: Annablume, 2006.

Schwarcz, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Tuna, Gustavo Henrique. *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de Campinas, 2003.

Toussaint - Samson, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.

Turazzi, Maria Inez. Adèle Toussaint-Samson (1826-1911): um esboço biográfico. In: *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2003.

Venayre, Sylvain. *La gloire de l'aventure. Genèse d'une mystique moderne 1850-1940*. Paris : Aubier, 2002.

Venayre, Sylvain. *Rêve d'aventures (1800-1940)*. Paris: Éditions de La Martinière, 2006.

Venayre, Sylvain. *Au-delà de baobab de Madame Livisgstone*. CLIO. Histoire, femmes et sociétés (En ligne), 28/2008, mis en ligne le 15 décembre 2011. URL : <http://clio.revues.org/index8082.html>